

O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: tecendo uma análise da importância do Assistente Social nas escolas brasileiras

SOCIAL WORK AND CONTEMPORARY EDUCATION: weaving an analysis of the importance of the Social Worker in Brazilian schools

Ana Paula Cordeiro Chaves ¹

¹ Possui Bacharelado Em Serviço Social Pela Faculdade Pan-Amazônica-Fapan, 2016. Possui Especialização Em: Psicopedagogia Institucional Pela Escola Superior Madre Celeste-Esmac. Neuropsicopedagogia Clínica Pela Faculdade IBRA, 2021. Especialização Em Docência No Ensino Superior, Facuminas, 2022. Pós-graduanda em Neurociências, Facuminas. E-mail: paulacordeiroconsultoria@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo científico, traz a lume uma **breve abordagem do Serviço Social no campo da educação brasileira** contemporânea, contextualizando uma análise acerca da importância da profissional nas escolas; perante um processo que sintetiza a identificação e a resolução de fenômenos sociais que afetam o processo de aprendizagem dos alunos. **A metodologia para desenvolver a pesquisa científica** foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa, ou seja, fundamentando sua construção a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência. **Os resultados** indicam que o Assistente Social desempenha um papel de suma relevância no espaço educacional, independente do sistema (público e privado); onde o profissional se tornou peça fundamental para a garantia do direito a educação, buscando superar os principais desafios da prática de atuação e intervenção.

Palavras-chave: Serviço Social na educação. Prática de intervenção do assistente social. Políticas educacionais. Processo de ensino e aprendizagem. Garantia de direitos.

ABSTRACT

This scientific article, brings to light **a brief approach to Social Work in the field of contemporary Brazilian education**, contextualizing an analysis about the importance of the professional in schools; in front of a process that synthesizes the identification and resolution of social phenomena that affect the learning process of students. **The methodology** to develop the scientific research was carried out through a bibliographic survey, with a qualitative approach, that is, basing its construction on the consistent information about the theme under discussion in the field of Science. **The results** indicate that the Social Worker plays a role of paramount relevance in the educational space, regardless of the system (public or private); where the professional has become a fundamental part for guaranteeing the right to education, seeking to overcome the main challenges of the practice of action and intervention.

Keywords: Social Work in Education. Social worker intervention practice. Educational policies. Teaching and learning process. Guarantee of rights.

1. INTRODUÇÃO

Na abordagem do Serviço Social no campo da educação brasileira contemporânea, contextualiza-se, a partir de uma análise, a importância do profissional neste espaço, diante dos desafios enfrentados pela educação, atuando com a comunidade escolar e intervindo nos diversos contextos sociais que influenciam o ambiente educacional.

O Assistente Social é um profissional que tem sua atuação consolidada em diversos setores da sociedade brasileira, e a educação é um dos campos em que sua presença tem se tornado cada vez mais relevante. Nas últimas décadas, as mudanças no cenário socioeconômico do país e as demandas emergentes no âmbito educacional têm evidenciado a importância dele nas escolas, contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva, igualitária e de qualidade (CFESS, 2001).

Desse modo, é de suma relevância refletir sobre o papel do Serviço Social na educação, perante a inserção de um profissional que disponibiliza de estratégias, ações e práticas interventivas, capazes de reforçar o acesso às políticas públicas/educacionais e a defesa dos direitos. Por um processo que promova, não somente a escolarização, a inclusão e o ensino-aprendizagem, mas sobretudo, que fortaleça um espaço de discussão e reflexão acerca das resoluções dessas refrações da questão social (Pereira, 2022).

Perante o exposto, destaca-se, a Assistência Social mediante uma relação expressiva com a educação, ou seja, com a Constituição de 1988- que traz a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 como Política Pública. Diante de uma iniciativa que visa a garantir e concretizar a realização dos direitos, entre eles, o direito à educação; com vista na promoção da inclusão social de famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focando, especialmente, nas problemáticas que comprometem a aprendizagem (Machado, 2012).

Em complemento, na promulgação da Lei federal 13.935/2019, vem como um marco relevante para o movimento de luta da inserção do Serviço Social na educação, que visa atuar em parceria com os demais profissionais para construir um ambiente inclusivo e acolhedor. Nesse caso, a lei torna obrigatória a presença do Assistente Social e do Psicólogo nas redes públicas de ensino básico, ou seja, onde esses profissionais integrarão a equipe multiprofissional, objetivando a corroborar para as melhorias de qualidade do processo de ensino e aprendizagem (CFESS, 2020).

Em síntese, o papel do assistente social na educação é essencial, pois a reflexão dessa prática fundamenta uma atuação pautada pela viabilização que procede à garantia

de direitos no processo de inclusão social e educacional, fomentando a cidadania, a autonomia e o desenvolvimento integral dos alunos. Onde as estratégias interventivas do profissional se constituem por ações que reforçam e viabilizam o acesso às políticas de educação, com ênfase na escolarização, estabelecendo a importância da contribuição do Serviço Social com a educação e as demandas desse espaço (Dentz; Silva, 2017).

Neste artigo científico, apresenta-se, uma análise da importância do Assistente Social nas escolas brasileiras, a fim de apresentar as principais dimensões que contextualizam a prática interventiva do profissional nesse espaço, perante o processo de ensino e aprendizagem.

Para a realização da pesquisa em foco, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica diante de uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica é construída a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência.

Deste modo, as bases de dados eletrônicas utilizadas foram *Scopus*, *Google Scholar* e *Scielo*, utilizando palavras-chave como: “Serviço Social na educação”. “Prática de intervenção do assistente social.” “Políticas educacionais”. “Processo de ensino e aprendizagem.” e “Garantia de direitos”. Foram selecionados artigos de autores clássicos e recentes, publicados de 2001 a 2022, que abordassem o tema proposto, buscando, assim, o alcance de análise e descrição com o intuito de explorar a área de conhecimento diante da identificação de importantes informações e da exposição dos resultados obtidos.

Portanto, a estrutura do trabalho se encontra organizada da seguinte forma: de início se apresenta a introdução; no segundo momento, a Revisão e Literatura com os principais subtópicos que corroboraram para a fundamentação e por fim, as considerações finais, com a discussão dos resultados.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Uma breve contextualização do trajeto histórico do Serviço Social na educação brasileira

Ao contextualizar o trajeto histórico do Serviço Social na educação brasileira, faz-se, o resgate de um sistema marcado por constantes contradições, onde as principais fundamentações são oriundas desse sistema capitalista e suas diversas complexidades.

Sendo assim,

a educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2014, p. 16).

Apesar das contradições, este espaço social é fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos a partir da aprendizagem, onde as possibilidades de crescimento se estabelecem nesse contexto da educação, constituindo de maneira integral a humanização, socialização e, principalmente, o desenvolvimento do senso crítico (Pereira, 2022).

Diante disso, o Serviço Social começou a se inserir no ambiente escolar na década de 1940, com um caráter assistencialista e de controle social. Ao longo dos anos, o papel do profissional evoluiu, enfatizando a garantia dos direitos sociais e, sobretudo, dando ênfase para a promoção da cidadania. Com a Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, o Serviço Social auferiu espaço nas escolas públicas, defendendo o processo de implementação de políticas educacionais inclusivas e equitativas (CFESS, 2001).

Conforme apresenta Machado (2012), essa aproximação entre o Serviço Social e a educação, de fato, se inicia aproximadamente no início dos anos de 1970, especialmente com a articulação com a pedagogia emancipatória e os ideais, escritos e o método de alfabetização de Paulo Freire.

Para Freire (2000), era importante que o espaço escolar estivesse comprometido com uma ensino emancipatório, diante das desigualdades, pois

é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjuguie (p. 45).

Nesse sentido, a profissão é inserida na perspectiva da garantia dos direitos, com ênfase no acesso e na ampliação da educação, diante de uma atuação que fora construída e fortalecida, a partir dos princípios do Projeto Ético Político Profissional; em que rede de ensino busca aparato da assistência para as resoluções dessas refrações da questão social. Logo, essa relação expressiva do Serviço Social com a educação brasileira começa a ser edificada a partir da implementação da Constituição de 1988.

Sendo assim, a constituição trouxe como Política Pública a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, diante de uma iniciativa que visa a garantir e concretizar a realização dos direitos, entre eles, o direito à educação; com vista

na promoção da inclusão social de famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focando, especialmente, nas problemáticas que comprometem a aprendizagem (Pereira, 2022).

No entanto, a principal concretização dessa iniciativa, foi sacramentada a partir da Lei Federal nº 13.935/2019, visto como um grande marco para a relevância dessa trajetória do Serviço Social na educação, em que, se estabelece a presença obrigatória de Assistentes Sociais nas redes públicas de educação básica, tanto nas escolas de educação infantil quanto nas escolas de ensino fundamental e médio (CFESS, 2020).

A referida legislação, reconhece a importância do trabalho do Assistente Social no ambiente escolar e, busca garantir o direito à educação de qualidade e a promoção da cidadania de crianças e adolescentes. Neste caso, a presença do profissional se constitui como um apoio fundamental para enfrentar os desafios educacionais, especialmente em relação à superação de desigualdades, inclusão social e combate à evasão escolar.

Por isso, que a presente discussão, trouxe o Serviço Social atuando em parceria com as Políticas Públicas Educacionais, em prol do desenvolvimento de ações que visem a garantia do direito à educação, promovendo o acesso e a permanência dos alunos na escola. Ou seja, na promoção do ensino e da educação de qualidades com foco na aprendizagem, para fortalecer o senso crítico, o exercício da cidadania e assim, o aluno poderá usufruir de todos os seus direitos plenos.

Deste modo, a educação consiste no reconhecimento dela como direito humano, sendo positivado mediante a prática de atuação do Assistente Social em parceria com as legislações brasileiras, ou seja, diante da promoção, não somente da aprendizagem, mas da autonomia, cidadania e do desenvolvimento integral, a fim de fortalecer a inclusão, a justiça social e a democratização da educação brasileira.

No subtópico a seguir, será discorrido sobre a importância das políticas públicas para a educação no Brasil à Luz do Serviço Social.

2.2 A importância das Políticas Públicas para a democratização da educação no Brasil à luz do Serviço Social

Segundo Mendes e Reis (2021), as políticas de educação no Brasil integram uma trajetória complexa onde o processo de democratização passa por processos de avanços e recuos, diante de uma diversidade de leis que buscam ofertar uma educação que não se limite ao acesso, mas sim, a permanência do aluno em sala de aula, com uma estrutura

organizacional adequada, metodologias eficientes, qualificação dos professores, gestão, recursos e entre outros.

A Lei n.º 9.394/1996, conhecida popularmente, como a lei de Diretrizes e Bases (LDB), é uma das principais legislações que embasam a educação no Brasil, atuando em consonância com as demais leis, como a Constituição de 1988, por exemplo. É válido mencionar, que a referida legislação (LDB), foi atualizada neste ano de 2023; em que se destaca a importância do desenvolvimento educacional com acesso, e permanência dos alunos, independentemente de sua situação socioeconômica.

Assim, a educação é um direito social, é importante uma ampla gestão para sintetizar a validação da aprendizagem, perante a dignidade humana, garantindo o acesso ao ensino de qualidade e dos demais fatores que corroboram para o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento integral do indivíduo em formação.

Dito isto,

a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada (Dourado, 2022, p. 924).

Sendo assim, as Políticas Públicas são ações criadas pelo governo que buscam colocar em prática projetos e programas, que, neste caso, visem a promoção e a garantia de acesso à educação para todas as pessoas. Ressalta-se, a partir dessa análise, é possível mesclar um processo que envolve políticas, legislações, educação e sociedade, havendo a necessidade de atualizações constantes em prol dessa viabilidade da educação básica no Brasil.

Ou seja,

[...] nos últimos anos no Brasil, provocadas pelo agravamento da crise do capital. Neste contexto, a política de educação em seus vários níveis e modalidades vem passando por mudanças significativas, com destaca-se que para as ações de expansão da política que ocorreram no âmbito da educação superior e da educação profissional e tecnológica através da criação e reformulação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dos programas federais criados para a educação superior: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e os vários programas que versam sobre a expansão do acesso e da permanência na educação básica (Ferriz; Barbosa, 2019, p. 16).

Portanto, no que concerne a implementação destas (Políticas Públicas), constitui um processo fundamental, que visa a garantia do acesso à educação de qualidade para todos, diante da relevância do investimento nessas políticas, a fim de melhorar a formação de professores, a infraestrutura das escolas, a qualidade do ensino e a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas indígenas e com deficiência.

Neste caso, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social e um dever do Estado, criando diferentes políticas públicas para garantir o acesso à educação de qualidade. A seguir, será discorrido sobre o papel do Assistente Social na escola a partir de suas atribuições.

2.3 O papel do Assistente Social na Escola a partir de suas atribuições

Segundo Queiroz (2023), o trabalho do Assistente Social na escola abrange diversas frentes de atuação, podendo ser responsável por realizar diagnósticos socioeconômicos dos alunos e suas famílias, ou seja, identificando situações de vulnerabilidade e risco social. Além disso, o profissional pode mediar conflitos entre alunos, professores e famílias, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e a melhoria das relações nesse espaço escolar.

No entanto,

é preciso lembrar que a escola é um dos principais equipamentos sociais de atendimento à população e está localizada em amplos territórios para atender a demanda. Diante da realidade brasileira de desigualdade de acesso a bens e serviços, faz-se necessário articular o conhecimento trabalhado no contexto escolar com a realidade social dos alunos, ou seja, com seus problemas e necessidades sociais, para além da sala de aula (Klazura; Cardoso, p. 104).

Vale lembrar, que um dos desafios identificados (a partir da análise da revisão de literatura) na realidade das escolas no cenário brasileiro é, justamente, a mudança de uma ideologia estagnada na sociedade, nessa alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social.

Busca-se, uma escola democrática, pluralista, que valorize a diversidade frente às problemáticas sociais enfrentadas pelo educador e pelo educando, diante desse processo, mediante a importância de implementar o Assistente Social como forma para articular os serviços da rede educacional, visando a garantia de direitos dos alunos (Pereira, 2022).

As mudanças que vem ocorrendo no âmbito da educação no Brasil, “aumentaram, sem sombra de dúvida, as requisições por profissionais do Serviço Social para atuar na execução de programas e projetos, bem como na gestão da política de educação” (Ferriz; Barbosa, 2019, p. 16).

Em presença, dos marcos relevantes, essenciais para o exercício profissional, as transformações que incidem na política educacional em relação ao Serviço Social, são resultados de uma luta a longo prazo, que desde 1990, com as questões de articulação de rede, com equipes multidisciplinares, o assistente social, vem se mantendo mais presente, com a sua atenção ampliada às expressões da questão social apresentadas na escola (Klazura; Cardoso, 2022).

Porém, destaca-se, que o profissional enfrenta desafios da prática de atuação, interferindo no trajeto de efetivação das ações desse trabalho, pois apesar dos avanços significativos dos marcos históricos, o Assistente Social ainda não possui seu reconhecimento valorizado na educação, em que, sua intervenção se articula com outros serviços da assistência social e da rede educacional, buscando a garantia do acesso a programas sociais e ações integradas que visem o bem-estar dos estudantes (Ferriz; Barbosa, 2019).

Conforme ressalta o documento do CFESS (2020), duas das principais atribuições da (o) Assistente Social nas redes públicas de educação básica, sintetizam:

Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade; 2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos (p. 31).

Deste modo, essa atuação na escola, é pautada pelas atribuições profissionais, orientadas pelo Código de Ética do Serviço Social, classificada como legislação específica da profissão. Pois, o papel do assistente envolve diversas frentes, sendo algumas das principais atribuições, mediante a análise a realidade socioeconômica dos alunos e suas famílias, identificando situações de vulnerabilidade social, risco pessoal e social que possam interferir no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes (Klazura; Cardoso, 2022).

Ressalta-se,

que o profissional de Serviço Social inserido na escola não substitui os profissionais da área, mas o assistente social atua subsidiando e auxiliando os profissionais a enfrentarem as múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano do trabalho (Queiroz, 2023, p. 10).

Além disso, o profissional acompanhará de forma consistente os alunos e suas famílias, a fim de estabelecer uma relação de acolhimento e confiança, ou seja, visando atender as necessidades, problemas e potencialidades; é essencial orientar o público em intervenção sobre recursos e políticas sociais disponíveis.

Intervindo nos conflitos em prol do fortalecimento dos vínculos entre os diferentes atores da comunidade escolar, favorecendo um ambiente propício ao aprendizado, encaminhando para os programas e benefícios disponibilizados pela Assistência Social, efetivando o acesso aos recursos que garantem a educação, o pleno desenvolvimento do aluno e entre outros (CFESS, 2001).

Assim sendo, essas atribuições mostram que o Assistente Social possui um papel indispensável no ambiente escolar, atuando com vista na garantia e, especialmente, na efetivação do direito à educação, a inclusão social dos estudantes e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sua presença corrobora para uma educação mais igualitária, acessível, comprometida e justa com o desenvolvimento pleno dos alunos.

No próximo subtópico, será apresentado os principais casos de intervenção do Assistente Social na escola.

2.4 Os principais casos de intervenção do Assistente Social na escola

Diante dos principais casos, apresenta-se, exemplos reais de intervenções realizadas por Assistentes Sociais em escolas brasileiras, identificando como suas ações têm contribuído para a melhoria do ambiente escolar, com o intuito de fortalecer a viabilização do acesso à educação, mas sobretudo, enfrentando as situações problemas que ameaçam o processo de aprendizagem.

Ressalta-se, que é importante

fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes (CFESS, 2020, p. 32).

Esse trabalho é desempenhado por práticas que embasam a diversidade na escola, ou seja, intervindo em diferentes situações que requerem sua intervenção. Por exemplo,

o combate à evasão escolar e a promoção da inclusão social; esses casos práticos evidenciarão o impacto positivo que a presença do profissional de Serviço Social pode ter no contexto educacional (Pereira, 2022).

Segundo Santos (2015), é possível apresentar alguns dos principais casos de intervenção do Assistente Social na escola:

Combate à evasão escolar: uma atuação do profissional pautada na identificação das causas da evasão escolar, a fim de desenvolver estratégias para combater essa problemática; buscando entender os motivos que levam os alunos a faltar às aulas e, em conjunto com a equipe pedagógica, propor ações para incentivar a permanência dos estudantes na escola.

Casos de violência e abuso: o profissional intervém em situações de violência, abuso ou negligência contra os alunos, informando os órgãos competentes, acionando medidas de proteção e apoio às vítimas, além de buscar o envolvimento de toda a comunidade escolar na prevenção e enfrentamento dessas situações.

Acompanhamento sociofamiliar de alunos em situação de vulnerabilidade: o profissional realiza o acompanhamento de alunos que vivem em situações de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Podendo envolver visitas domiciliares, entrevistas com a família, identificação de necessidades e encaminhamento para programas sociais e serviços que visem o apoio e a promoção do bem-estar da criança ou adolescente.

Orientação e encaminhamento para serviços e programas sociais: orientando os alunos e suas famílias sobre os serviços e programas sociais disponíveis, como bolsas de estudo, auxílio alimentação, benefícios sociais, entre outros. Além de realizar os devidos encaminhamentos para esses serviços, garantindo o acesso dos estudantes às políticas sociais e educacionais.

Mediação de conflitos entre alunos, pais e professores: atua na mediação de conflitos no ambiente escolar, buscando promover o diálogo e a resolução pacífica de problemas entre estudantes, professores e familiares; corroborando uma relação e um ambiente mais harmonioso e favorável ao aprendizado.

Assim sendo, o profissional desempenha uma atuação em articulação com outros serviços da assistência social, saúde, justiça e educação, buscando criar uma rede de apoio para atender às demandas dos alunos e suas famílias de forma integrada e efetiva. A seguir, apresenta-se, as considerações finais, com a discussão dos resultados desse artigo científico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, a partir da análise deste artigo científico, que o Assistente Social desempenha um papel de suma relevância no espaço educacional, independente do sistema (público e privado); onde o profissional se tornou peça fundamental para a garantia do direito a educação, buscando superar os principais desafios da prática de atuação e intervenção.

Sendo assim, essa atuação vai muito além da intervenção pautada na assistência, envolve, na verdade, a complexidade de um trabalho que embasa a defesa dos direitos sociais; em prol da promoção da cidadania e, na construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Apesar dos avanços referentes ao trajeto do Serviço Social na educação, o profissional ainda enfrenta desafios em sua atuação nas escolas brasileiras, a falta de reconhecimento de sua importância por parte de alguns gestores e a sobrecarga de demandas são obstáculos, que podem comprometer a efetividade de suas ações. Ademais, a precariedade de recursos e a desigualdade social, também impactam o trabalho do Assistente Social na escola.

Nesse sentido, a presença do Assistente Social nas escolas se mostra imprescindível diante dos desafios enfrentados pelo sistema educacional, pois a desigualdade social, a violência, a evasão escolar, as dificuldades socioeconômicas das famílias e as demais questões complexas, exigem uma atuação qualificada e comprometida com o bem-estar dos alunos e o fortalecimento da comunidade escolar.

Perante a relevância de um trabalho, embasado nas Políticas Públicas, em consenso com as legislações, o Assistente Social desempenha um trabalho voltado para promoção de uma educação mais justa, inclusiva e igualitária.

Em suma, a Lei Federal nº 13.935/2019 foi um marco importante ao garantir a presença obrigatória do Assistente Social nas escolas públicas de educação básica, reconhecendo a relevância dessa profissão no contexto educacional brasileiro. No entanto, é necessário avançar ainda mais, garantindo recursos e condições adequadas para que o profissional possa desenvolver suas atribuições de forma efetiva.

Portanto, esse trabalho precisa ser valorizado e reconhecido, assim como sua atuação interdisciplinar com outros profissionais da educação, na construção de parcerias entre o Serviço Social e a educação, em que, se torna essencial para que os desafios sejam enfrentados de forma integrada e com foco na inclusão e efetivação dos direitos dos

alunos, diante uma rede de proteção e apoio, contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para todos os estudantes.

Ressalta-se, a importância de mais pesquisas na linha referida, com vista no compartilhamento do conhecimento com a comunidade científica e acadêmica. Pois, este artigo científico fundamenta de forma significativa pesquisas futuras no campo da ciência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e, sobretudo, a minha família: esposo, João Guilherme e minhas filhas Guilhermina e Gabriela, pelo apoio e segurança de sempre. A minha trajetória profissional, tem se tornado um grande desafio, desde o momento que escolhi enveredar pelo viés da pesquisa, afinal, essa contribuição é muito importante para a ciência, para a comunidade acadêmica e profissional.

Sou Assistente Social, especializada na área da educação, com ênfase na Psicopedagogia Institucional, Neuropsicopedagogia Clínica e Docência no Ensino superior; atuo na consultoria acadêmica há quase 6 anos, percebo a necessidade do incentivo as pesquisas. Por isso, que resolvi fomentar esse processo tão expressivo para o crescimento pessoal e profissional.

Portanto, este artigo científico, é uma breve contribuição para o Serviço Social na educação, em especial, a nossa prática de atuação neste espaço perante as nossas atribuições, diante de um processo fundamental que submerge a aprendizagem e o direito a educação.

REFERÊNCIAS

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. CFESS, 2001. Disponível em: [SS_na_Educacao\(2001\).pdf \(cfess.org.br\)](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf) Acesso em: 03 de agosto de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia-CFP. **Psicólogos (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019**. Brasília: CFP; CFESS, 2020.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Estratégias de intervenção do serviço social nas políticas de escolarização: uma análise contemporânea. **Revista de Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 695-710, jul./set., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201702152155> Acesso em: 19 de maio de 2023.

DOURADO, L.F. **Políticas E Gestão Da Educação Básica No Brasil: Limites E Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: [Rev100_05ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](#) Acesso em: 22 de maio de 2023.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz. **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. EDUFBA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogiada-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

KLAZURA, M.A.; CARDOSO, R.M.X. As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola. **Caderno Humanidades em**

MACHADO, A, M, B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 151-178, 2012.

MENDES, Luciana Canário; DOS REIS, Deyse Almeida. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil e na Bahia: avanços e recuos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e5110312989-e5110312989, 2021.

PEREIRA, S.C. **O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: Uma breve análise do Sistema Educacional no Município de Limeira/SP**. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*. 2022, f.2-80. **Perspectivas**, Curitiba, v. 6, n. 15, p. 103-122, 2022.

QUEIROZ, Luzenir. **O serviço social e a política pública de educação: a importância da atuação do assistente social no campo da educação**. 2023.

SANTOS, Sara Margarida Catumba dos. **O serviço social no sistema educativo**. 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa: O serviço social no sistema educativo (iscte-iul.pt) Acesso em: 03 de agosto de 2023.